

# *Superior Tribunal de Justiça*

## **AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.582.712 - MG (2019/0273214-0)**

**RELATOR** : **MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE**  
**AGRAVANTE** : **S P A**  
**ADVOGADOS** : **LUIZ FERNANDO VALLADAO NOGUEIRA - MG047254**  
**FERNANDA VALE ESTANISLAU - MG164724**  
**AGRAVADO** : **G C DE O**  
**ADVOGADOS** : **JOSÉ HUMBERTO SALGE - MG021128**  
**MARTA DE ALMEIDA BORGES - MG064116**

### **EMENTA**

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE RECONHECIMENTO/DISSOLUÇÃO DE UNIÃO ESTÁVEL CUMULADA COM PARTILHA DE BENS E ALIMENTOS. 1. CONFIGURAÇÃO DOS REQUISITOS DA UNIÃO ESTÁVEL E PARTILHA DO PATRIMÔNIO. REVER TAIS CONCLUSÕES. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA N. 7/STJ. 3. AGRAVO CONHECIDO PARA NÃO CONHECER DO RECURSO ESPECIAL.

### **DECISÃO**

Na origem, G. C. de O. ajuizou ação de reconhecimento/dissolução de união estável cumulada com partilha de bens e alimentos contra S. P. A., a qual foi julgada parcialmente procedente pelo Magistrado de primeiro grau para "declarar a união estável entre as partes no período de março de 2008 até agosto de 2012, sob o regime da comunhão parcial de bens, restando dissolvida. Determinar a partilha dos bens havido em nome de um ou de ambos os conviventes no período da união, em metade para cada, sendo apurados sobre os bens e valores conforme fundamentação supra em cumprimento de sentença, caso não haja acordo entre os conviventes. [...] e condenar o requerido a pagar à autora alimentos no importe de um salário mínimo, que serão devidos até que ocorra a efetiva entrega a ela de sua parte na partilha dos bens comuns do casal" (e-STJ, fl. 1.012).

Interpostas apelações por ambas as partes, a Quarta Câmara Cível do Tribunal de Justiça de Minas Gerais negou-lhes provimento, em acórdão assim ementado (e-STJ, fl. 1.185):

**APELAÇÃO - AÇÃO RECONHECIMENTO/DISSOLUÇÃO DE UNIÃO ESTÁVEL - PARTILHA DE BENS - REQUISITOS PREENCHIDOS - ARTIGO 1.723 - CÓDIGO CIVIL - REGIME**

# *Superior Tribunal de Justiça*

ADOTADO - ARTIGO 1.725 - COMUNHÃO PARCIAL - EXCLUSÃO - RECURSOS PRÓPRIOS - PROVA - DELIMITAÇÃO TEMPORAL - PROCEDÊNCIA PARCIAL DO PEDIDO - SENTENÇA MANTIDA.

Para que seja reconhecida uma união estável, impõe-se observar a configuração dos requisitos descritos pelo artigo 1.723, do Código Civil. Uma vez reconhecida a união estável, a partilha dos bens comuns adquiridos na constância do relacionamento observará o regime da comunhão parcial, excluídos, contudo, da partilha, os bens adquiridos com recursos próprios exclusivos. Inteligência dos artigos 1.725 c/c 1.658 e 1.659, II, do Código Civil.

Recursos não providos.

Opostos embargos de declaração, foram rejeitados (e-STJ, fls. 1.222-1.227).

Interposto recurso especial pelo requerido, foi dado provimento ao apelo para cassar o acórdão que julgou os aclaratórios, determinando que o Tribunal de origem proferisse novo julgamento com a análise da questão suscitada (e-STJ, fls. 1.304-1.310).

Em nova apreciação do recurso, a Corte local acolheu, em parte, os embargos de declaração para, sanando a omissão, dar parcial provimento à apelação do requerido, a fim de determinar a exclusão da partilha de bens do ex-casal o cavalo denominado Gabirú do Guega.

O acórdão está assim ementado (e-STJ, fls. 1.378-1.381):

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO/JUÍZO DE RETRATAÇÃO - VÍCIOS DE JULGAMENTO - OMISSÃO - CONFIGURAÇÃO - CORREÇÃO - EFEITO INFRINGENTE - MODIFICAÇÃO PARCIAL DO ACÓRDÃO.

Impõe-se, em sede de juízo de retratação, a modificação parcial do acórdão para, acolhendo, em parte, os embargos de declaração, com atribuição de efeito infringente, sanar o vício da omissão.

Acórdão parcialmente reformado em juízo de retratação.

Ainda inconformado, S. P. A. interpôs recurso especial, fundamentado na alínea *a* do permissivo constitucional, apontando ofensa aos arts. 8º do Código de Processo Civil de 2015; e 884, 1.513, 1.659 e 1.723 do Código Civil.

Defendeu que, não obstante o fim do noivado, as instâncias ordinárias reconheceram a existência de união estável, em ofensa ao nítido desinteresse das partes em

# *Superior Tribunal de Justiça*

constituir família.

Asseverou, ainda, que o órgão julgador partiu de uma presunção para concluir que houve sub-rogação e excluir parte dos imóveis comuns da partilha, gerando enriquecimento sem causa da recorrida.

Contrarrazões apresentadas às fls. 1.415-1.424 (e-STJ).

O Tribunal de origem negou seguimento ao recurso sob o fundamento de incidir a Súmula 7/STJ.

Irresignado, o insurgente apresenta agravo refutando o óbice apontado pela Corte estadual.

Contraminuta às fls. 1.447-1.452 (e-STJ).

Brevemente relatado, decido.

Com efeito, as instâncias ordinárias, após a acurada análise do acervo probatório dos autos, asseveraram estar devidamente comprovada a união estável entre os litigantes, consignando que o relacionamento era dotado de contornos típicos de uma verdadeira entidade familiar.

Confira-se o seguinte trecho extraído do aresto combatido (e-STJ, fls. 1.190-1.192):

Feitas essas considerações, e voltando à realidade retratada pela vasta documentação que instrui os autos, não restam dúvidas quanto à configuração da união estável, senão vejamos.

À luz dos depoimentos prestados por cada um dos litigantes, resta incontroversa a existência de relacionamento.

E para se chegar à conclusão obtida pelo douto magistrado de origem, chama a atenção alguns pontos que merecem destaque, a saber:

1º) ambas as partes confirmam o início do relacionamento no ano de 2006; a formalização de noivado, em fevereiro/2008, quando a autora se mudou para a cidade de Uberaba, com duração até junho/2010;

2º) após largar o emprego na cidade de Franca/SP e se mudar para a cidade de Uberaba, a autora morou se instalou em apartamento alugado pelo requerido, que suportou, sozinho, todas as despesas relativas a esta moradia, até o mês de janeiro/2012;

3º) ao chegar à cidade de Uberaba, no ano de 2008, a autora foi incluída como dependente do requerido no cartão Rede

Valecard e no cartão de crédito Santander Platinum;

4º) o requerido, apesar de negar a inexistência de união estável, em mais de uma oportunidade, como atestam os documentos juntados às fls. 58/64, 41/42, 48 e 49, apresenta-se como marido da autora, referindo-se a esta, ainda, como sua mulher;

5º) o requerido, na condição de criador de equinos e bovinos, registrou, em seu nome próprio, semoventes pertencentes à autora e a seu filho, em razão de estes não possuírem registro em associação de criadores, conforme depoimento pessoal.

6º) o requerido se valeu de empréstimos financeiros da autora para aquisição de bens imóveis.

Como visto, portanto, não bastasse o depoimento pessoal de cada um dos litigantes, corroborando a existência de relacionamento, as demais evidências trazidas aos autos, conforme fatos acima expostos, deixam incontroverso o fato de que este relacionamento era dotado de contornos típicos de uma verdadeira entidade familiar.

Ora, não se pode ter por mero namoro um relacionamento em que predomina, no início, verdadeira dependência econômica da companheira em relação ao companheiro, que atraiu para si a responsabilidade pelas despesas inerentes à sobrevivência da companheira, quando esta se mudou para a cidade de Uberaba.

Além do mais, não bastasse a formalização de um noivado denunciar a vontade de contração do matrimônio entre ambos, como acima relatado, a despeito disso, o requerido invocava o estado de casado com a autora, na medida em que assim se apresentava em ocasiões diversas, não deixando, assim, dúvidas quanto ao intuito de constituição de família com a autora, corroborado pela estreita relação, inclusive de cunho patrimonial, com aquela e seus filhos.

Em relação aos bens imóveis, a Corte estadual manteve a sentença que excluiu tais bens da partilha, por terem sido adquiridos com produto de alienação anterior, conforme se verifica da seguinte passagem do acórdão recorrido (e-STJ, fl.1.196):

Como se sabe, à luz do disposto nos artigos 1.725 c/c 1.658 e 1.659, II, todos do Código Civil, à união estável se aplica o regime da comunhão parcial de bens, segundo o qual comunicam-se os bens que sobrevierem ao casal, na constância da união, excluídos os bens adquiridos com valores exclusivamente pertencentes a um dos companheiros em sub-rogação de bens particulares.

No caso em tela, não bastasse a alegação da parte autora, o próprio requerido, aqui 2º apelante, como mencionado na sentença, em depoimento pessoal afirma que ela contribuiu com dinheiro próprio para a aquisição do imóvel situado no Residencial Nenê Gomes, além do que, no que tange ao imóvel situado na rua Vital de Negreiros, o documento de fl. 80, como bem explicitado pelo douto julgador monocrático, atesta que a autora, aqui 2ª apelada, contribui com a importância de R\$ 20.000,00 para sua aquisição.

Desta forma, considerando a alegação da parte autora, o depoimento

do requerido, somado à prova documental juntada, em especial aquela consistente no documento de fls. 66/68, não restam dúvidas de que os percentuais já mencionados, incidentes sobre os dois imóveis aqui tratados, devem ser excluídos da partilha, porquanto se enquadram na previsão inserta no comando do artigo 1.659, II, do Código Civil.

Frise-se que, muito embora o imóvel localizado na cidade de Franca/SP, em cuja venda se apegua a autora para justificar a detenção de capital próprio para a aquisição dos imóveis aqui discutidos, pertençam a seus filhos, entendendo que tal fato, para a solução da lide, não tem relevância, porquanto o que se pretende provar, aqui, é, apenas e tão-somente, o fato de que a autora dispunha, sim, de capital próprio para contribuir para a compra dos bens cuja partilha está em discussão.

Desse modo, tendo em vista que a Corte estadual é soberana na análise do conjunto fático-probatório dos autos, infirmar suas conclusões demandaria o reexame de provas, o que é inadmissível nesta instância extraordinária, consoante dispõe a Súmula 7/STJ.

A propósito, guardadas as peculiaridades do caso concreto, confira-se:

AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL - AÇÃO DE RECONHECIMENTO E DISSOLUÇÃO DE UNIÃO ESTÁVEL - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE NEGOU PROVIMENTO AO RECLAMO. INSURGÊNCIA DA RÉ.

1. A jurisprudência do STJ firmou-se no sentido de que a impugnação, no agravo, de capítulos autônomos da decisão recorrida apenas induz a preclusão das matérias não impugnadas.

2. A instância ordinária, soberana no exame do acervo fático-probatório, concluiu que a alegada infidelidade não restou devidamente comprovada, de modo que rever esse entendimento encontra óbice na Súmula 7/STJ.

3. A reforma do acórdão recorrido, a fim de se concluir pela ausência dos requisitos necessários à caracterização da união estável demanda o reexame de fatos e provas, prática vedada pela Súmula 7/STJ.

4. Agravo interno desprovido.

(AgInt no REsp n. 1.644.010/PR, Relator o Ministro Marco Buzzi, Quarta Turma, julgado em 22/3/2018, DJe 3/4/2018 - sem grifo o original)

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. RECURSO MANEJADO SOB A ÉGIDE DO NCPC. RECONHECIMENTO E DISSOLUÇÃO DE UNIÃO ESTÁVEL. ÔNUS DA PROVA. FATO CONSTITUTIVO. ATRIBUIÇÃO DO AUTOR. REVISÃO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA Nº 7 DO STJ. PARTILHA. REVISÃO. PRETENSÃO RECURSAL QUE ENVOLVE O REEXAME DE PROVAS. INCIDÊNCIA DA SÚMULA Nº 7 DO STJ. RECURSO MANIFESTAMENTE INADMISSÍVEL. INCIDÊNCIA DA

# *Superior Tribunal de Justiça*

MULTA DO ART. 1.021, § 4º, DO NCPC. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO.

1. Aplica-se o NCPC a este julgamento ante os termos do Enunciado Administrativo nº 3, aprovado pelo Plenário do STJ na sessão de 9/3/2016: Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC.

2. De acordo com o art. 333, II, do CPC/1973, "o ônus da prova incumbe ao réu, quanto à existência de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor".

3. Quanto a matéria atinente ao ônus da prova, a alteração das conclusões do acórdão recorrido exige nova apreciação do acervo fático-probatório da demanda, configurando o óbice da Súmula nº 7 do STJ.

4. A alteração das conclusões do acórdão recorrido exige nova apreciação do acervo fático-probatório da demanda, o que caracteriza a incidência da Súmula nº 7 do STJ.

5. Em virtude do não provimento do presente recurso, e da anterior advertência em relação a aplicabilidade do NCPC, incide ao caso a multa prevista no art. 1.021, § 4º, do NCPC, no percentual de 3% sobre o valor atualizado da causa, ficando a interposição de qualquer outro recurso condicionada ao depósito da respectiva quantia, nos termos do § 5º daquele artigo de lei.

6. Agravo interno não provido, com imposição de multa.

(AgInt no AREsp n. 1.259.651/PR, Relator o Ministro Moura Ribeiro, Terceira Turma, julgado em 3/12/2018, DJe 5/12/2018)

Ante o exposto, conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.

Nos termos do art. 85, § 11, do CPC/2015, majoro os honorários sucumbenciais fixados em favor do patrono da parte agravada em R\$ 300,00 (trezentos reais).

Publique-se.

Brasília (DF), 22 de novembro de 2019.

MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator